

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2905783620201112175845

Processo 0817801-49.2020.8.23.0010 ☆ - (121 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>					
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Advogado NPJ <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>					
52 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 52 <div>500 por pág.1</div>					
Seq.	Data	Evento		Movimentado Por	
<div>[-]</div>	52	12/11/2020 17:58:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (23/10/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
	52.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2737129IMPUGNACAOALAUDOPERICIAL01.pdf	Público
	51	29/10/2020 00:01:27	DECORRIDO PRAZO DE BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS (P/ advgs. de BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS *Referente ao evento (seq. 24) CONCEDIDO O PEDIDO (28/09/2020) e ao evento de expedição seq. 27.	SISTEMA CNJ	
<div>[+]</div>	50	28/10/2020 16:38:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (23/10/2020)	Wallyson Barbosa Moura Advogado	
	49	28/10/2020 16:37:19	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 28/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 44) JUNTADA DE LAUDO (23/10/2020) e ao evento de expedição seq. 45.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
	48	28/10/2020 16:27:59	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS) em 28/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 44) JUNTADA DE LAUDO (23/10/2020) e ao evento de expedição seq. 46.	Wallyson Barbosa Moura Advogado	
<div>[+]</div>	47	27/10/2020 10:50:52	JUNTADA DE INFORMAÇÃO	Daniele Araújo Silva Estagiária	
	46	23/10/2020 12:17:42	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 44) JUNTADA DE LAUDO (23/10/2020)	frantchiello Costa Gutierre Estagiário	
	45	23/10/2020 12:17:42	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 44) JUNTADA DE LAUDO (23/10/2020)	frantchiello Costa Gutierre Estagiário	
<div>[+]</div>	44	23/10/2020 12:17:22	JUNTADA DE LAUDO	frantchiello Costa Gutierre Estagiário	
<div>[+]</div>	43	23/10/2020 11:50:14	JUNTADA DE INFORMAÇÃO	frantchiello Costa Gutierre Estagiário	
<div>[+]</div>	42	22/10/2020 17:07:00	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
	41	22/10/2020 00:01:50	PRAZO DECORRIDO Sem Resposta - (Referente a(o) CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) determinado pelo evento CONCEDIDO O PEDIDO (28/09/2020)	SISTEMA CNJ	
<div>[+]</div>	40	15/10/2020 12:11:16	JUNTADA DE INFORMAÇÃO	frantchiello Costa Gutierre Estagiário	
	39	15/10/2020 00:03:06	DECORRIDO PRAZO DE BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS (P/ advgs. de BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS *Referente ao evento (seq. 28) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (30/09/2020) e ao evento de expedição seq. 30.	SISTEMA CNJ	
<div>[+]</div>	38	14/10/2020 09:55:36	LEITURA DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) REALIZADA CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) lido em 14/10/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 31) EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) (30/09/2020 13:22:49) DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	JEPHERSON AGUIAR DE SOUZA Estagiário	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08178014920208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

Frisa-se que aludido exame é realizado por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 945,00**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

DADOS DO SINISTRO

Número: 3200196258 **Cidade:** Boa Vista **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: BRENDA GEORGINA ALENCAR DE MATOS **Data do acidente:** 07/12/2019 **Seguradora:** SOMPO SEGUROS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA**Data da análise:** 04/06/2020**Valoração do IML:** 0**Perícia médica:** Não**Diagnóstico:** FRATURA DE TIBIA DIREITA.**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE MEMBRO INFERIOR DIREITO.**Sequelas:** Com sequela**Documento/Motivo:****Nome do documento
faltante:****Apontamento do Laudo
do IML:****Conduta mantida:****Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL RESIDUAL DE MEMBRO INFERIOR DIREITO.**Documentos
complementares:****Observações:** P1/3/6

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau residual - 10 %	7%	R\$ 945,00
Total			7 %	R\$ 945,00

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer a produção de nova prova pericial, nos termos dos art. 480 do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR